



AB

POLÍTICA

TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2024  
O ESTADO DE S. PAULO

Lava Jato

## Empresa confessa nos EUA ter pago propina a ex-gerente da Petrobras

**Trafigura se declara culpada e vai pagar US\$ 126 milhões para encerrar processo; no Brasil, ação está parada desde 2022**

JULIA AFFONSO  
BRASILIA

A multinacional suíça Trafigura, uma das maiores empresas de comércio de commodities do mundo, se declarou culpada e pagará mais de US\$ 126 milhões (cerca de R\$ 637 milhões) para encerrar uma investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos sobre esquema de corrupção envolvendo a Petrobras. No Brasil, processo aberto em 2018, que acusa ex-executivos da companhia de pagar propina de US\$ 1,5 milhão (R\$ 7,5 milhões) a um ex-diretor da estatal, está parado.

Em dezembro de 2018, a Lava Jato apresentou uma denúncia contra dois ex-executivos da Trafigura, um operador financeiro e um ex-gerente da Petrobras. O Ministério Público Federal apontou pagamento de propina de US\$ 1,5 milhão em 31 operações de compra e venda de óleo combustí-

vel entre a estatal e a empresa.

Foram acusados os ex-executivos da Trafigura Mariano Marcondes Ferraz e Marcio Pinto de Magalhães, o operador financeiro Carlos Herz e o ex-gerente de Comércio Externo de Oleos Combustíveis da Petrobras Marcus Alcoronado. O pagamento de propina ocorreu, segundo a acusação, para facilitar a obtenção de licenças e operações de trading de óleo combustível e derivados de petróleo com maior frequência.

Durante as investigações, Mariano Marcondes Ferraz fez delação premiada na Lava Jato e também firmou um acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O processo da Lava Jato foi suspenso em maio de 2022, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) mandou outro caso, que teria relação com a ação sobre os ex-executivos da Trafigura, para a Justiça Eleitoral.

Ação está parada desde então. Em setembro do ano passado, o ex-executivo do grupo Marcio Magalhães pediu à Justiça Federal que fosse "declarada a imprestabilidade de todo o acervo probatório". Dentre as justificativas da defesa estão as mensagens trocadas en-

tre o ex-juiz Sérgio Moro e o ex-procurador da República Deltan Dallagnol, tornadas públicas no caso que ficou conhecido como "Vaza Jato".

Segundo os advogados de Marcio Magalhães, houve "práticas espúrias de parte dos procuradores da República, integrantes da força-tarefa da Lava Jato, e da autoridade judiciá-

**Resposta**  
**Multinacional afirma que 'conduta' de funcionários no Brasil é 'inconsistente' com 'princípios' da companhia**

ria, reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal como contaminadoras de sua atuação e das provas por eles produzidas". Moro deixou a Justiça Federal em novembro de 2018 e não analisou este caso.

**ACORDO DE LENIÊNCIA.** A defesa citou ainda uma decisão do ministro do Supremo Dias Toffoli que tomou nulas, em setembro de 2023, "todas as quaisquer provas obtidas dos sistemas Drousys e My Web Day B utilizadas a partir do acordo de leniência celebrado pela Odebrecht". O Ministério Pú-

blico Federal no Paraná afirmou à Justiça que a ação envolvendo a Trafigura "não está calada nos elementos declarados nulos pela decisão" do ministro e pediu, em novembro do ano passado, o prosseguimento da ação.

"Foram imputados apenas determinados crimes de corrupção e lavagem de ativos que tiveram sua operacionalização financeira executada por Carlos Herz e foram praticados para beneficiar a Trafigura em operações spot de compra e venda de óleo combustível realizadas com a Petrobras no mercado internacional", apontou o MPF. "Da análise dos termos da denúncia extrai-se que nenhum elemento dela constante foi obtido a partir da delação da Odebrecht, trata-se de autos específicos quanto a companhia de comercialização (trading company) Trafigura, a partir de dados das investigações internas realizadas pela Petrobras."

**ESTADOS UNIDOS.** O Departamento de Justiça americano informou que a Trafigura se declarou culpada em 28 de março e fechou um acordo de mais de US\$ 126 milhões para encerrar uma investigação sobre corrupção envolvendo a Petrobras. O processo nos EUA diz que a Trafigura subornou integrantes do governo brasileiro entre 2003 e 2014 para garantir o fechamento de negócios com a Petrobras, de acordo com comunicado do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. A acusação sustenta que a Trafigura teria lucrado cerca de US\$ 61 milhões com o esquema. O comunicado do Departamento de Justiça rela-

ta que, a partir de 2009, a empresa e associados concordaram em fazer pagamentos de suborno de até US\$ 0,20 por barril de produto de petróleo negociado entre a Trafigura e a Petrobras. Os envolvidos teriam se reunido em Miami para discutir o esquema de suborno. Os pagamentos de propina teriam sido feitos por meio de empresas de fachada, com intermediários que usavam contas bancárias offshore para entregar dinheiro às autoridades brasileiras.

"Por mais de uma década, a Trafigura subornou autoridades brasileiras para obter negócios ilegalmente e obter mais de US\$ 61 milhões em lucros", disse a vice-procuradora-geral adjunta principal Nicole M. Argenti, chefe da Divisão Criminal do Departamento de Justiça. "A confissão de culpa de hoje sublinha que quando as empresas pagam subornos e prejudicam o estado de direito, enfrentarão sanções significativas. O departamento continua determinado a combater o suborno estrangeiro e responsabilizar aqueles que violam a lei."

**CÓDIGO DE CONDUITA.** Em comunicado publicado em seu site também em 28 de março, a Trafigura afirmou que concluiu uma investigação "sobre a conduta de ex-funcionários e/ou agentes no Brasil, que ocorreu há, pelo menos, dez anos". "Essa conduta foi e é inconsistente com os princípios, termos contratuais e Código de Conduta da empresa", afirmou a empresa.

Procurada pela reportagem, a Petrobras não havia se manifestado até a noite de ontem. ●

Julgamento

## STF tem maioria contra 'poder moderador' das Forças

GABRIEL DE SOUSA  
BRASILIA

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) formaram maioria contra a tese de "poder moderador" das Forças Armadas durante crises institucionais. Votaram ontem os ministros Gilmar Mendes, Edson Fachin e André Mendonça. O placar agora está 6 a 0 o contrário à interpretação.

Além dos três de ontem, os ministros Flávio Dino, Luís Roberto Barroso acompanharam o relator ministro Luiz Fux. Ainda restam os votos dos ministros Alexandre de Moraes, Carmen Lúcia, Cristiano Zanin, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques. O julgamento será encerrado na próxima segunda-feira.

A ação julgada do STF foi patrocinada pelo PDT em 2020 e

provocava a Corte sobre as interpretações do artigo 142 da Constituição Federal, que trata sobre o dever das Forças Armadas. Bolsonaristas frequentemente utilizam o trecho para defender uma intervenção militar "dentro da legalidade".

No seu voto, Gilmar Mendes afirmou que via com "perplexidade" a necessidade do STF em "afastar certas pretensões que seriam consideradas esdrúxulas na vasta maioria das democracias constitucionais". "Diante de tudo o que temos observado nesses últimos anos, todavia, faz-se necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal para reafirmar o que deveria ser óbvio: o silogismo de que a nossa Constituição não admite soluções de força", disse o ministro.

O julgamento começou na última sexta-feira, com Fux afirmando, em seu relatório, que a



Fachin vota contra tese de 'poder moderador' das Forças Armadas

Constituição não encorajava ruptura democrática. O ministro também afirmou que a interpretação do artigo 142 da Constituição deve ser feita considerando todo o sistema legal bra-

sileiro, especialmente no que diz respeito à separação dos Poderes. Fux também lembrou que as Forças Armadas não são um Poder, mas sim uma instituição à disposição deles.

"Qualquer instituição que pretenda tomar o poder, seja qual for a intenção declarada, fora da democracia representativa ou mediante seu gradual desfazimento interno, age contra o texto e o espírito da Constituição", disse o ministro em seu voto, acrescentando ser urgente "constranger interpretações perigosas que permitam a deturpação do texto constitucional".

**'PERÍODO ABOMINÁVEL.'** Neste domingo, 31, data em que o Golpe Militar de 1964 completou 60 anos, Dino votou contra o "poder moderador" das Forças Armadas, afirmando que não existe um "poder militar". "O poder é apenas civil, constituído por três ramos unidos pela soberania popular, direta ou indiretamente. A tais poderes constitucionais, a função militar é subalterna", disse Dino. ●

